



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC  
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E  
SECRETARIADO EXECUTIVO – FEAAC  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**FERNANDO HENRIQUE BRANDÃO CASTANHO PAES**

**EXCLUSÃO SOCIAL NO MARANHÃO**

FORTALEZA

2013

**FERNANDO HENRIQUE BRANDÃO CASTANHO PAES**

**EXCLUSÃO SOCIAL NO MARANHÃO**

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo – FEAAC como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. José de Jesus Sousa Lemos

FORTALEZA-CE

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

---

P143e Paes, Fernando Henrique Brandão Castanho.  
Exclusão social no Maranhão / Fernando Henrique Brandão Castanho Paes - 2013.  
33 f.: il.

Monografia (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia,  
Administração, Atuária e Contabilidade, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2013.  
Orientação: Prof. Dr. José de Jesus Sousa Lemos.

1.Maranhão – condições econômicas 2.Exclusão social 3.Desenvolvimento humano I.Título

---

CDD 330

## FERNANDO HENRIQUE BRANDÃO CASTANHO PAES

### EXCLUSÃO SOCIAL NO MARANHÃO

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na biblioteca da referida universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Aprovada em: \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

MÉDIA

\_\_\_\_\_

NOTA

---

Prof. Dr. José de Jesus Sousa Lemos  
Prof. Orientador

NOTA

---

Prof. Dr. Fábio Maia Sobral  
Membro da banca examinadora

NOTA

---

Prof. Dra. Sandra Guimarães Callado  
Membro da banca examinadora

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ter me concedido a realização de mais uma etapa em minha vida.

Aos meus pais, Fernando Rui Castanho Paes e Maria Inez Brandão Castanho Paes, por estarem sempre ao meu lado apoiando as decisões tomadas em minha vida.

Aos meus irmãos Maria Laura Brandão Castanho Paes, Luis Armando Brandão Castanho Paes e João Felipe Brandão Castanho Paes, pelo amor fraterno.

Á minha namorada e companheira, Camila Aragão Bezerra, pelo amor e compreensão.

Aos colegas de trabalho da AmBev, pela experiência vivida e grande aprendizado.

Aos colegas da faculdade pela longa e dura caminhada percorrida.

Ao professor orientador José de Jesus Sousa Lemos, por ter aceitado o convite da orientação, pela ideia inicial do trabalho e sempre presteza quando solicitado.

Aos professores Fábio Maia Sobral e Sandra Guimarães Callado por terem aceitado a participação na banca, pelas contribuições dadas e, por serem os primeiros leitores deste trabalho.

“Não há esforço de pacificação duradouro com uma sociedade que abandona parte de si mesma.”

(Papa Francisco)

## RESUMO

O presente trabalho analisa a condição socioeconômica do estado do Maranhão localizado na região Nordeste do país. Analisa algumas características do Maranhão, como se dá seu desenvolvimento ou não desenvolvimento e as atividades potenciais. Os instrumentos utilizados para aferir o padrão de exclusão social e de desenvolvimento foram o Índice de Exclusão Social (IES) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Para aferição dos índices foram coletados os dados da PNAD fornecidos pelo IBGE. Contudo o estado maranhense tem grande potencial e estrutura para agregar novos investimentos. No entanto a ausência de incentivos e políticas públicas colaboram para que o estado do Maranhão se encontre uma situação de considerável nível de exclusão social, um dos maiores do país, e com baixo padrão de desenvolvimento humano.

**Palavras – chave:** Maranhão, condição socioeconômica, exclusão social.

## ABSTRACT

This Monograph analyzes the socioeconomic data from Maranhão State located in the Brazilian Northeast region. It analyzes some characteristics of Maranhão, how is its development or non-development and activities potential. The instruments used to assess the pattern of social exclusion and development was the Index of Social Exclusion (IES) and the Human Development Index (HDI). In order to to measure these indexes it was collected PNAD data provided by IBGE from 2001 to 2012. However the State of Maranhão steel having great potential in natural resources it steel being the poorest Brazilian State as we have demonstrated in this Monograph. It was caused by absence of education politics, access to income, and to other social assets. As the study shows Maranhão State presents high level of social exclusion facing by the majority of its population in all the analyzed periods.

**Key-words:** Maranhão, socioeconomic, social exclusion

**LISTA DE MAPAS**

**MAPA 1** - Mapa do estado do Maranhão dividido por microrregiões e mesorregiões.....22

**LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1</b> – PASSEDUC MARANHÃO.....	29
<b>Tabela 2</b> – PASSREND MARANHÃO.....	29
<b>Tabela 3</b> – PRIVAGUA MARANHÃO .....	30
<b>Tabela 4</b> – PRIVSANE MARANHÃO.....	30
<b>Tabela 5</b> – PRIVLIXO MARANHÃO.....	30
<b>Tabela 6</b> – INDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL (IES) NO MARANHÃO .....	31

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE MAPAS .....</b>	<b>08</b>
<b>LISTA DE TABELAS .....</b>	<b>09</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>13</b>
2.1 Crescimento e desenvolvimento econômico.....	13
2.2 Desenvolvimento Regional e Sustentável.....	14
2.3 Desenvolvimento Humano e Exclusão Social.....	14
2.4 Pobreza e Exclusão Social.....	16
<b>3 ASPECTOS METODOLÓGICOS E FONTES DOS DADOS.....</b>	<b>20</b>
3.1 Estado do Maranhão: Breve Contextualização.....	20
3.2 Principais Fontes de Renda do Estado do Maranhão.....	21
3.3 Geografia do Estado Maranhense.....	23
3.4 Especificação do modelo.....	23
3.4.1 Índice de Desenvolvimento Humano.....	24
3.4.2 Índice de Exclusão Social.....	25
<b>4. ANÁLISE DE RESULTADOS.....</b>	<b>27</b>
4.1 Índice de Exclusão Social(IES) do Estado Maranhense.....	27
4.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para o Estado Maranhense.....	28
4.3 Evolução de indicadores sociais entre 2001 e 2012.....	28
<b>5 CONCLUSÕES .....</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>33</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O estado do Maranhão se constitui em um dos estados mais pobres do Brasil, grande parte da população se encontra em elevado estágio de exclusão social (Lemos, 2012), pessoas vivem em situações muito precárias, impossíveis de se imaginar na modernidade em que se encontra o mundo hoje.

Tentar desvendar quais são as causas responsáveis pelo fato de grande parte da população maranhense viver em condições sub-humanas é algo de bastante importância para o país, para o estado maranhense e, principalmente, para os tomadores responsáveis de decisões políticas que possam reverter o estágio de pobreza, entendida como sinônimo de exclusão social em que se encontra tão elevado contingente de maranhenses.

Descobrir as causas, pode-se observar onde se encontram os maiores obstáculos para que ocorra o desenvolvimento social dessas áreas carentes e, por consequência do estado do Maranhão.

Maranhão, Alagoas e Piauí constituem-se nos três estados mais carentes do Brasil, com os indicadores sociais e econômicos mais deprimentes, como se depreende do trabalho realizado por Lemos (2012).

Em um mundo que se fala muito sobre inovações tecnológicas, a cada ano surge produtos novos que surpreendem a todos por ser mais moderno, com menos defeitos perceptíveis, e nesse mesmo mundo tem gente passando fome, pessoas que não tem onde botar os seus dejetos humanos, que não tem uma coleta de lixo sistemática, que não tem escolaridade, muitos ainda nem alfabetizados, não tem acesso à água, são muitos contrastes pra um mesmo mundo. No estado do Maranhão, os contrastes se tornam ainda mais intensos com relação a populações que vivem em mundo com acesso a produtos tecnológicos pelo fato de ser um dos mais pobres do país.

A população maranhense em geral precisa de alternativas para sair da exclusão social. A situação só piora em termos absolutos, visto que mais pessoas se encontram em exclusão social a cada ano e o que deveria acontecer é exatamente o contrario. As causas e soluções para o problema precisam ser apuradas e estudadas para dar esperança a grande parte da população maranhense e para introduzir a ideia de que um mundo melhor pode chegar para eles e não só para os mais ricos, um mundo sem miséria, uma sociedade em que suas necessidades humanas básicas possam ser atendidas e com isso sonhar com coisas maiores para seus descendentes.

O objetivo geral deste trabalho é identificar e analisar as causas da exclusão social de grande parte da população maranhense.

Os objetivos específicos da pesquisa se concentram em:

A – Aferir e avaliar os indicadores de exclusão social no Maranhão no período 2000-2012 e;

B – Estimar e analisar a evolução do índice de exclusão social (IES) para o estado do Maranhão entre 2000 e 2012;

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Crescimento e desenvolvimento econômico**

Crescimento econômico está ligado ao aumento da capacidade produtiva da economia (produção de bens e serviços). É definido basicamente pelo índice de crescimento anual do Produto Nacional Bruto (PNB). O crescimento de uma economia é indicado também pelo crescimento da força de trabalho, pela receita nacional poupada e investida e pelo grau de aperfeiçoamento tecnológico.

O desenvolvimento econômico como o próprio nome já diz, busca melhorar a qualidade de vida dos indivíduos, pois só há desenvolvimento quando há incremento dos indicadores de bem-estar.

Para Schumpeter (1997, p.74) a interpretação de desenvolvimento econômico é a seguinte: “entenderemos como desenvolvimento apenas as mudanças da vida econômica que não lhe foram impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa”.

Quanto ao crescimento econômico é aferido através de indicadores de quantidade. Não se traduz no aumento de bem - estar de toda população, é insustentável.

O conceito de desenvolvimento é mais qualitativo, pois inclui as alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, violência, condições de saúde, alimentação, transporte, educação, higiene e moradia). Em resumo, pode-se dizer que desenvolvimento econômico é algo que combina crescimento com distribuição de renda.

O aspecto fundamental é que desenvolvimento econômico não pode ser analisado, somente, por meio de indicadores como crescimento do produto real ou crescimento do produto real per capita. Desenvolvimento econômico deve ser complementado por indicadores que representem a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos, bem como a elevação das condições de saúde, nutrição, higiene, moradia, dentre outras variáveis sociais.

## 2.2 Desenvolvimento Regional e Sustentável

Para que se entenda o conceito de desenvolvimento regional sustentável é interessante entender separadamente os conceitos de desenvolvimento regional e desenvolvimento sustentável.

Repeto (1986), citado por Pearce, Barbier e Markandya (1990) e Lemos (2008), define desenvolvimento sustentável como:

É uma estratégia de desenvolvimento que maneja de forma conveniente todos os ativos, recursos naturais e recursos humanos, bem como os ativos físicos e financeiros, para incrementar tanto a riqueza como os níveis de bem-estar de longo prazo.

Quanto ao desenvolvimento regional ele é entendido como sendo o desenvolvimento, onde os beneficiários direto são os principais responsáveis pelo processo, pois eles são quem melhor conhecem as potencialidades da sua região e com apoio técnico e financeiro podem desenvolvê-las.

## 2.3 Desenvolvimento Humano e Exclusão Social

Além dos conceitos já citados devem-se entender também os conceitos de desenvolvimento humano e exclusão social, pois, se pretende mostrar o IDH e o IES, que é o índice de exclusão social que será detalhado mais a frente, do estado e municípios maranhenses quando da elaboração e defesa do projeto de Monografia.

Segundo Lemos (2008, p. 47-48), desenvolvimento humano pode ser entendido da seguinte forma:

[...] desenvolvimento humano está ancorado em três bases fundamentais ao próprio conceito: Longevidade; educação e renda monetária. A longevidade seria aferida pela esperança de vida ao nascer... A segunda âncora de apoio... seria o estoque de educação acumulado por uma sociedade ... O terceiro suporte... é a renda média. Não se conceberá desenvolver sem prover condições de trabalho e de remuneração digna para as populações.

Lemos (2008, p. 100-101), também discorre sobre a definição de exclusão social:

[...] exclusão social se constitui num conceito muito mais amplo do que não estar inserido no mercado de trabalho formal. Os cidadãos podem estar fora do mercado de trabalho e usufruir de serviços sociais essenciais, que atenuam o estado de privação de renda. Por outro lado, podem estar inseridos no mercado de trabalho, auferindo rendimentos não dignificantes e ainda serem privados de serviços essenciais que deveriam ser providos pelo Estado.

É importante salientar aqui também as dimensões do ecodesenvolvimento segundo o autor Ignacy Sanchs. De acordo com este autor deve-se ter uma visão holística dos

problemas da sociedade, e não focar apenas na gestão dos recursos naturais. É pensar em algo muito mais profundo, que visa uma verdadeira metamorfose do modelo civilizatório atual.

As cinco dimensões do ecodesenvolvimento, segundo Ignacy Sachs (1993, pág 37 e 38).

Todo o planejamento de desenvolvimento precisa levar em conta, simultaneamente, as seguintes cinco dimensões de sustentabilidade:

1. Social, que se entende como a criação de um processo de desenvolvimento que seja sustentado por um outro crescimento e subsidiado por uma outra visão do que seja uma sociedade boa. A meta é construir uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres.

2. Econômica, que deve ser tornada possível através da alocação e do gerenciamento mais eficiente dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados.

A eficiência econômica deve ser avaliada em termos macrossociais, e não apenas através do critério da rentabilidade empresarial de caráter microeconômico.

3. Ecológica, que pode ser melhorada utilizando-se das seguintes ferramentas:

- Ampliar a capacidade de carga da Terra, através da criatividade, isto é, intensificando o uso do potencial de recursos dos diversos ecossistemas, com um mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida;
- Limitar o consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos que são facilmente esgotáveis ou danosos ao meio ambiente, substituindo-os por recursos ou produtos renováveis e/ou abundantes, usados de forma não agressiva ao meio ambiente;
- Reduzir o volume de resíduos e de poluição, através da conservação de energia e de recursos e da reciclagem;
- Promover a autolimitação no consumo de materiais por parte dos indivíduos em todo o planeta;
- Intensificar a pesquisa para a obtenção de tecnologias de baixo teor de resíduos e eficientes no uso de recursos para o desenvolvimento urbano, rural e industrial;

- Definir normas para uma adequada proteção ambiental, desenhando a máquina institucional e selecionando o composto de instrumentos econômicos, legais e administrativos necessários para o seu cumprimento.

4. Espacial, para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial de assentamentos urbanos e atividades econômicas, com ênfase no que segue:

- Reduzir a concentração excessiva nas áreas metropolitanas;
- Frear a destruição de ecossistemas frágeis, mas de importância vital, através de processos de colonização sem controle;

- Promover a agricultura e a exploração agrícola das florestas através de técnicas modernas, regenerativas, por pequenos agricultores, notadamente através do uso de pacotes tecnológicos adequados, do crédito e do acesso a mercados;

- Explorar o potencial da industrialização descentralizada, acoplada à nova geração de tecnologias, com referência especial às indústrias de biomassa e do seu papel na criação de oportunidades de emprego não-agrícolas nas áreas rurais. Para McNeely (1990) “uma nova forma de civilização baseada no uso sustentável de recursos não é apenas possível, mas essencial”;

- Criar uma rede de reservas naturais e de biosfera, para proteger a biodiversidade.

5. Cultural, incluindo a procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos que busquem mudanças dentro da continuidade cultural e que traduzam o conceito normativo de ecodesenvolvimento em um conjunto de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área.

## **2.4 Pobreza e Exclusão Social**

Segundo Lemos (2012, p 63-64) podemos definir a pobreza das seguintes maneiras abaixo:

Segundo o Human Development Report (1997, p. 25), pobreza é a negação das oportunidades de escolha dos itens essenciais para o desenvolvimento humano, tais como: ter uma vida longa, saudável e criativa; ter um padrão adequado de liberdade, dignidade, autoestima; e gozar de respeito por parte dos seus pares. Nesta concepção, o Human

Development Report de (1997) apresenta a seguinte definição para pobreza: “Pobreza significa a negação de oportunidades de escolhas mais elementares do desenvolvimento humano”.

A pobreza pode ser entendida como um fenômeno complexo e definida, de forma genérica, como “a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada”. Porém “é necessário especificar que necessidades são essas e qual nível de atendimento pode ser considerado adequado”. Assim, “a definição relevante depende basicamente do padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto socioeconômico”, ou seja, “ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive” (ROCHA, 2006, p. 9 -10).

Para o Banco Mundial (2000, p. 31), a pobreza acontece devido a: 1. falta de renda e de recursos para atender necessidades básicas: alimentos, habitação, vestuário e níveis aceitáveis de saúde e educação. 2. falta de voz e de poder nas instituições estatais e na sociedade. 3. vulnerabilidade a choques adversos, combinada com uma incapacidade de enfrentá-los.

O conceito de pobreza envolve uma forte componente de subjetividade e até de ideologia. Isto conduz a interpretações e, por consequência, formas de mitigá-las de acordo com o arcabouço teórico de análise de que se disponha ou de que se queira fazer uso. Assim, numa perspectiva de interpretação neoclássica, a pobreza é considerada uma condição ou um estágio na vida de um indivíduo ou de uma família em relação a uma linha imaginária, em geral, arbitrariamente definida e ancorada em renda monetária. Esta é a linha definida pelo Banco Mundial (2007, p. 25) que estabelece como condição de pobreza: “a posição de um indivíduo ou de uma família em relação a uma linha imaginária, cujo valor é fixado ao longo do tempo.”

A linha de pobreza, neste caso, é definida como um padrão de vida (normalmente medido em termos de renda ou de consumo) abaixo do qual as pessoas são consideradas como pobres e acima do qual as pessoas não são mais consideradas como pobres (REED; SHENG, 1996, p. 12).

Em síntese, nesta linha de raciocínio, pobreza se refere a uma posição passível de quantificação determinada pela posição relativa do indivíduo ou da família no que se refere à posse de bens, serviços e, em última instância, de riqueza de bens materiais e ao acesso a esses.

Lemos (2012, p. 79-80), também discorre sobre a relação de exclusão social e pobreza abaixo:

O controvertido conceito de pobreza provoca complexidade no seu dimensionamento, como se viu até aqui. Em áreas de carências, há dificuldades de toda ordem, inclusive, e principalmente, de recursos financeiros destinados a eliminar ou, ao menos, aliviar os problemas causados pela pobreza. Por esta razão precisam ser criteriosamente aplicados em cada um dos seus centavos. Para que seja criteriosa a aplicação desses poucos recursos, há que se ter uma aferição que possa estabelecer cortes ou definição de onde deve começar a atuação dos programas desenhados para mitigar a pobreza.

As dificuldades começam e não terminam com a definição, porque há uma possibilidade muito grande de serem cometidas injustiças e serem deixadas de fora famílias com mais níveis de carência do que outras. Uma tentativa de contornar estas dificuldades é delimitar pobreza bem além da simples incapacidade de acesso a renda mínima. Talvez, se fosse ampliado o conceito para exclusão social, houvesse a possibilidade de se cometerem menores equívocos na delimitação dos mais carentes. Por essa razão, prefere-se entender pobreza como exclusão social que, além da privação de renda monetária, implica em falta de acesso aos ativos sociais mais essenciais. Foi nesta perspectiva que se imaginou a identidade entre os conceitos de pobreza e exclusão social.

Fazendo uma busca na literatura mais recente, observa-se que outros autores também já enveredaram por este caminho de entender a pobreza como interface da exclusão social. A propósito, veja-se o que se lê no trabalho de Rodrigues et al. (1999, p. 64-65) “a pobreza é uma das dimensões, talvez mais visível, da exclusão social”; e “pobreza e exclusão reforçam-se mutuamente”. E esta “configura-se como um fenômeno multidimensional, como um fenômeno social ou um conjunto de fenômenos sociais interligados que contribuem para a produção de excluídos”.

Assim, pode-se inferir que exclusão social é um conceito mais amplo do que pobreza, à medida que extrapola a simples privação de ativos produtivos e de renda. Exclusão social implica, além dessas privações, o não acesso a outros ativos sociais e ambientais.

Com efeito, veja-se o que se extrai do texto de Rodrigues et al. (1999):

o conceito de pobreza, analisado enquanto situação de escassez de recursos de que um indivíduo, ou família, dispõem para satisfazer necessidades consideradas mínimas, acentua o aspecto distributivo do fenômeno (a forma como os recursos se encontram distribuídos entre os indivíduos e/ou famílias na sociedade). Já o conceito de exclusão social acentua os aspectos relacionados do fenômeno, quando encaramos este conceito enquanto situação de inadequada integração social (RODRIGUES et al., 1999, p. 66 apud COSTA, 1992).

Observa-se que o conceito de exclusão social está bastante próximo daquele de pobreza de Reed, Sheng (1996), que foi apresentado anteriormente neste trabalho. Assim, tenta-se entender pobreza ou exclusão social como um estado de privações por que passam as famílias, tanto de renda monetária (como convencionalmente são medidos os indicadores de pobreza) como de privação de acesso a serviços essenciais necessários ao usufruto de uma vida com um mínimo de dignidade.

### **3. ASPECTOS METODOLÓGICOS E FONTES DOS DADOS**

#### **3.1 Estado do Maranhão: Breve Contextualização**

O Maranhão é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está localizado no oeste da Região Nordeste do Brasil e tem, como limites, ao norte o Oceano Atlântico, a leste o estado brasileiro do Piauí, a sul e sudeste o estado brasileiro de Tocantins e o estado brasileiro do Pará a oeste. Ocupa uma área de 331.935,507 km<sup>2</sup> que são distribuídos através de 217 municípios, sendo o segundo maior estado da Região Nordeste do Brasil e o oitavo maior estado do Brasil, um pouco menor que a Alemanha.

Sua população estimada em 2012 era de 6.800.000 habitantes, sendo o décimo estado mais populoso do país, com população superior à da Jordânia. Os dados da PNAD de 2012 mostram que o Maranhão é o estado que tem, em termos relativos, a maior população rural do país. Pelos dados divulgados, 41,1% dos 6,8 milhões de maranhenses mora na zona rural, um total de 2.794.800 de habitantes e 58,9% dos 6,8 milhões de maranhenses mora na zona urbana, um total de 4.005.200 de habitantes. Os dados do IBGE constata também que esta é uma realidade observada no estado desde a década de 1960, quando o Maranhão já registrava o maior percentual de habitantes da zona rural em todo o Brasil. Mas o percentual era bem maior, 82%. Marajá do Sena, a 400 quilômetros de São Luís, é a cidade com maior proporção de população rural do estado. Com pouco mais de oito mil habitantes, o município tem 85,6% da sua população na zona rural. Na distribuição da população maranhense por cor/raça, 68,1% é parda, 21,1% branca, 10,3% negra, 0,4% indígena e 0,1% amarela. O Maranhão foi ainda um dos três estados do Nordeste cujas capitais não cresceram mais que os demais municípios. Com relação ao valor do rendimento médio mensal das famílias residentes em domicílios particulares, observa-se que o rendimento médio mensal no meio urbano chega a R\$ 2.180,00 e na área rural R\$ 933,00. A pesquisa destaca que o valor do rendimento médio mensal das famílias situadas na zona urbana é 133,7% maior que o das famílias radicadas na zona rural. No aspecto das famílias residentes em domicílios particulares, 72 mil (3,6%) não têm nenhum rendimento e 624 mil (31%) sobrevivem com até um salário mínimo. A pesquisa destaca que existem 11 mil famílias no Maranhão com rendimento médio mensal de R\$ 69.979,00, ou seja, 0,5% do total de famílias residentes no Maranhão (IBGE, 2012).

O Maranhão possui 18,43 habitantes por km<sup>2</sup>, sendo o décimo sexto na lista de estados brasileiros por densidade demográfica. Em termos de produto interno bruto, é o quarto

estado mais rico da Região Nordeste do Brasil e o 16º estado mais rico do Brasil. Contudo, em termos de PIB per capita o Maranhão posiciona-se em último lugar (IBGE, 2010).

No século XVI, o atual território maranhense era ocupado por índios da tribo tupinambás no seu litoral oeste, por índios potiguaras no seu litoral leste e por índios tremembés no seu interior. O navegador espanhol Vicente Yáñez Pinzón foi, provavelmente, o primeiro europeu a cruzar o litoral maranhense, em 1500. Em 1535, os portugueses tentaram colonizar a região com o envio de uma frota de dez navios com novecentos homens e cem cavalos, porém a ocupação não foi bem-sucedida, por conta de naufrágios e de combates contra os índios locais.

Os europeus só conseguiram efetivamente ocupar a região em 1612, com o projeto da França Equinocial. Os franceses fundaram a cidade de São Luís, onde permaneceram por três anos, até serem expulsos pelos portugueses.

Localizado entre as regiões Norte e Nordeste do Brasil, o Maranhão possui uma grande diversidade de ecossistemas. São 640 quilômetros de extensão de praias tropicais, floresta amazônica, cerrados, mangues, delta em mar aberto e o único deserto do mundo com milhares de lagoas de águas cristalinas. Essa diversidade está organizada em cinco polos turísticos, cada um com seus atrativos naturais, culturais e arquitetônicos. São eles: o polo turístico de São Luís, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, o Parque Nacional da Chapada das Mesas, o Delta do Parnaíba e o polo da Floresta dos Guarás.

Sua capital é São Luís. Outros importantes municípios são Imperatriz, Caxias, Timon, Codó, Bacabal, Balsas, Chapadinha, Santa Inês, Barra da Corda, São José de Ribamar, Presidente Dutra, Carolina, Paço do Lumiar e Açailândia que possui o segundo maior produto interno bruto do estado e o maior rebanho bovino.

### **3.2 Principais Fontes de Renda do Estado do Maranhão**

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano, o Índice de Desenvolvimento Humano do Maranhão caiu de 0,647 em 2000 para 0,639 em 2010. O estado segue com o 2º pior IDH do Brasil, ganhando apenas de Alagoas, que obteve 0,633 em 2000 e 0,631 em 2010. O estado possui a segunda pior expectativa de vida do Brasil, também superior apenas à de Alagoas (IBGE, 2010). A economia estadual atualmente se baseia na indústria de transformação de alumínio, alimentícia, madeireira, extrativismo (babaçu), agricultura (soja, mandioca, arroz, milho), na pecuária e nos serviços (IBGE, 2010).

As políticas de transferência governamental como o bolsa família e os benefícios da previdência social também exercem papel importante na distribuição de renda do estado, principalmente entre os não alfabetizados e aqueles que se encontram em situação de desemprego. No Mapa 1 mostram-se a divisão geográfica do Maranhão em suas meso e microrregiões.

**MAPA 1** - Mapa do estado do Maranhão dividido por microrregiões e mesorregiões.



Fonte: IBGE

### 3.3 Geografia do Estado Maranhense

O oeste maranhense está dentro da área de atuação do clima equatorial com médias pluviométricas e térmicas altas. Já na maior parte do estado, se manifesta o clima tropical com chuvas distribuídas nos primeiros meses do ano.

Do ponto de vista ecológico, o Maranhão apresenta uma grande diversidade de espécies de plantas e animais. Na região oeste do estado estão demarcados de 300 000 hectares de terra referentes à Reserva Biológica do Gurupi, que é o que restou da floresta amazônica no Maranhão.

- Amazônica: Predominante no oeste do estado e encontra-se muito devastada em consequência das siderúrgicas de ferro gusa.
- Mata de Cocais: Mata característica do Maranhão onde predomina o babaçu carnaúba. Cobre a parte central do Estado.
- Campos: próximos ao Golfão Maranhense, têm, como característica, vegetação herbácea alagável pelos rios e lagos da Baixada Maranhense.
- Mangues: predominam no litoral maranhense desde a foz do Rio Gurupi até a foz do Rio Peria.
- Cerrado: vegetação predominante no Maranhão. Formada por árvores de porte médio e vegetação rasteira. O cerradão corresponde a área mais próxima do litoral. E cerradinho à área mais ao sul que é mais seca.

O Maranhão possui o segundo maior litoral do Brasil, com 640 km de extensão, indo desde o Delta do Rio Parnaíba até a foz do Rio Gurupi. Ao longo de sua extensão, podem ser encontradas diversas praias, além de regiões de mangues.

### 3.4 Especificação do modelo

De acordo com os objetivos traçados no trabalho os dados a serem utilizados na pesquisa serão secundários e vão ser coletados junto ao IBGE.

Serão utilizados também livros, artigos e trabalhos que abordam a temática do trabalho.

A pesquisa será uma pesquisa bibliográfica, explicativa e será utilizada a estatística descritiva.

Um dos objetivos deste projeto de pesquisa é aferir o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Índice de Exclusão Social (IES). Nesta perspectiva segue adiante a especificação do modelo que será utilizado para que os objetivos citados acima sejam alcançados.

### **3.4.1 Índice de Desenvolvimento Humano**

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado e publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1990, com a finalidade de medir o grau de bem-estar social e econômico de uma determinada região.

Os três pilares que constituem o IDH são: esperança de vida ao nascer, estoque de educação e renda *per capita*. A esperança de vida ao nascer, se refere à idade em que na média as pessoas vivem, é medida pela expectativa de vida; o estoque de educação é composto por duas variáveis, o percentual de adultos alfabetizados e o percentual de matrículas nos três níveis (ensino básico, médio e superior); a renda *per capita* é avaliada segundo o poder de compra.

O IDH está contido no intervalo de zero a um, ou seja, quanto mais próximo de zero (baixo desenvolvimento humano) e quanto mais próximo de um (maior desenvolvimento humano). Seus valores servem para fazer hierarquia, sendo os países ou regiões classificados do mais desenvolvido para o menos desenvolvido da seguinte forma:

- IDH de um país entre 0 e 0,499, é considerado baixo;
- IDH de um país 0,500 e 0,799, é considerado médio;
- IDH de um país entre 0,800 e 1, é considerado alto.

### 3.4.2 Índice de Exclusão Social

O índice de exclusão social (IES), criado por Lemos, inicialmente em 1995, tem como objetivo aferir os padrões de exclusão social. Este indicador sofreu evoluções ao longo do tempo, na versão mais recente o IES é constituído por três indicadores: Passivo de Educação (PASSEDUC), Passivo Económico (PASSECON) e o Passivo Ambiental (PASSAMBI).

A equação de definição do Índice de Exclusão Social (IES) construída e explicada por Lemos (2012):

$$\text{IES} = \text{P1. PASSEDUC} + \text{P2. PASSECON} + \text{P3. PASSAMBI} \quad (1)$$

Na equação (1) de definição do IES, os pesos P1, P2 e P3 são estimados através do método multivariado de análise fatorial.

Passeduc é o passivo de educação, afere o percentual da população maior de quinze anos que se declarou analfabeta no Brasil, regiões, estados e municípios;

Passecon é o passivo económico, é o percentual da população que sobrevive em domicílios cuja renda total domiciliar varia de zero a, no máximo, dois salários mínimos. Isto proporciona uma renda *per capita* familiar de aproximadamente 0,3 do salário mínimo.

Passambi é o passivo ambiental que é estimado da seguinte forma:

$$\text{PASSAMBI} = \text{P4. PRIVAGUA} + \text{P5. PRIVSANE} + \text{P6. PRIVLIXO} \quad (2)$$

Privagua é o percentual da população que sobrevive em domicílios que não têm acesso a água encanada, com ao menos um ponto de água dentro de casa;

Privsane é o percentual da população que sobrevive em domicílios que não têm acesso ao serviço de esgotamento sanitário, ou não têm ao menos uma fossa séptica para destinar os dejetos familiares;

Privlixo é o percentual da população que sobrevive em domicílios que não têm acesso ao serviço de coleta sistemática de lixo, direta ou indiretamente. P4, P5 e P6 são pesos associados a cada um dos indicadores que também são estimados por análise multivariada.

Assim, a equação para estimar o IES é a seguinte, já utilizando os novos indicadores e a ponderação:

$$\mathbf{IES = 0,35. (PASSEDUC + PASSECON) + 0,30. PASSAMBI}$$

Na Equação o indicador PASSAMBI é definido da seguinte forma:

$$\mathbf{PASSAMBI = 0,35. (PRIVAGUA + PRIVSANE) + 0,30. PRIVLIX}$$

Diferente do IDH a amplitude de variação do IES está entre 0 e 100%. Quanto mais próximo for de zero melhor para a região, ou seja, a região tem um índice de exclusão social baixo, caso contrário pior para a região.

Podemos calcular o IDH indiretamente por meio de uma relação econométrica, dada pela equação:

$$\mathbf{IDH = 0,891 - 0,004758. IES}$$

A equação acima tem como objetivo mostrar a relação existente entre os indicadores, um afere mal-estar social (IES) e o outro afere bem estar social (IDH).

Apresentados o referencial teórico e as fontes de dados e metodologia, tem-se na próxima seção, os resultados do estudo.

## **4. ANÁLISE DE RESULTADOS**

### **4.1 Índice de Exclusão Social (IES) do Estado Maranhense.**

Os índices que compõem o IES foram estimados de acordos com os dados do IBGE e tiveram os seguintes resultados abaixo:

O estado do Maranhão no ano 2010 tinha quase 90% dos municípios com mais de 50% da população vivendo em exclusão social, era o estado que continha mais municípios nessa situação (LEMOS, 2012).

Dos 100 piores municípios brasileiros se tratando de IES, ou seja, os maiores números nesse indicador, o estado do Maranhão no ano 2000 continha 36 municípios nessa relação e no ano de 2010 continha 35, sendo o estado que levava o maior número de municípios nos dois anos citados. No ano de 2010 o município que continha o maior IES era a cidade de Marajá do Sena-MA.

O estado do Maranhão tinha em 2000 um Passeduc, que mede percentualmente a parcela da população maior de quinze anos que se declarou analfabeta no Maranhão, de 28,4% e em 2010 de 20,9%.

Em 2000, o estado maranhense tinha um Passecon, que mede percentualmente a parcela da população que sobrevive em domicílios cuja renda total domiciliar varia de zero a, no máximo, dois salários mínimos, de 60,3% e em 2010 de 67,2%.

O estado do Maranhão tinha em 2000 um Privagua, que mede percentualmente a parcela da população que sobrevive em domicílios que não têm acesso a água encanada, com ao menos um ponto de água dentro de casa, de 48,1% e em 2010 de 34,1%.

Em 2000, o estado maranhense tinha um Privsane, que mede percentualmente a parcela da população que sobrevive em domicílios que não têm acesso ao serviço de esgotamento sanitário, ou não têm ao menos uma fossa séptica para destinar os dejetos familiares, de 75,9% e em 2010 de 73,3%.

O estado do Maranhão tinha em 2000 um Privlixo, que mede percentualmente a parcela da população que sobrevive em domicílios que não têm acesso ao serviço de coleta sistemática de lixo, direta ou indiretamente, de 66,6% e em 2010 de 44,2%.

Pegando todos esses dados e estimando de acordo com a equação do IES abaixo, foi obtido em 2000 que 48,9% da população maranhense se encontrava em exclusão social e em 2010 44,8% da população, sendo o pior do Brasil.

$$\text{IES} = 0,35. (\text{PASSEDUC} + \text{PASSECON}) + 0,30. \text{PASSAMBI}$$

Onde:

$$\text{PASSAMBI} = 0,35. (\text{PRIVAGUA} + \text{PRIVSANE}) + 0,30. \text{PRIVLIXO}$$

Em termos relativos podemos ver que o percentual de excluídos socialmente melhorou em relação a 2000, mas em termos absolutos a história é bem diferente. A população do Maranhão em 2000 era de 5.657.552 e em 2010 era de 6.574.789, o que dá em 2000 uma população de excluídos de 2.766.543 e em 2010 de 2.945.505, ou seja, em 10 anos o número de excluídos socialmente no Maranhão aumentou quase 200 mil.

#### **4.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para o Estado Maranhense.**

Podemos calcular o IDH indiretamente por meio de uma relação econométrica, dada pela equação:

$$\text{IDH} = 0,891 - 0,004758. \text{IES}$$

A equação acima tem como objetivo mostrar a relação existente entre os indicadores, um afere mal-estar social (IES) e o outro afere bem estar social (IDH).

Logo, o IDH para o Estado Maranhense em 2000 era de 0,658 e em 2010 era de 0,678 o que coloca o estado do Maranhão em uma posição de médio desenvolvimento, pois o IDH se encontra no intervalo de 0,500 e 0,799, assim considerado médio segundo a classificação do PNUD.

#### **4.3 Evolução de indicadores sociais entre 2001 e 2012**

Os resultados encontrados acima foram considerando os dados do IBGE de 2000 e 2010, considerando o censo realizado. Agora os resultados e a evolução vão ser considerando os dados da PNAD entre 2001 e 2012.

**TABELA 1 - PASSEDUC MARANHÃO.**

	PASSEDUC GERAL			PASSEDUC URBANO			PASSEDUC RURAL
2001	22,8%		2001	17,0%		2001	34,5%
2012	18,6%		2012	14,0%		2012	25,7%
$\Delta$ variação	4,2%		$\Delta$ variação	3,0%		$\Delta$ variação	9,8%
FONTE: IBGE 2001 E 2012							

Considerando as taxas de analfabetismo da população acima de 15 anos no ano de 2001 o estado do Maranhão tinha 22,8% de analfabetos e no ano de 2012 18,6%, uma redução de 4,2% relativamente falando. Considerando apenas a área urbana a taxa de analfabetismo em 2001 era de 17% e em 2012 de 14,0%. E se for analisar apenas a área rural a taxa de analfabetismo era de 34,5% em 2001 e de 25,7% em 2012. Como se pode ver o sinal de alerta fica para as áreas rurais em que a taxa de analfabetismo é imensa.

**TABELA 2 - PASSREND MARANHÃO.**

	PASSREND GERAL			PASSREND URBANO			PASSREND RURAL
2001	54,7%		2001	48,1%		2001	68,2%
2012	61,2%		2012	52,5%		2012	74,7%
$\Delta$ variação	6,5%		$\Delta$ variação	4,4%		$\Delta$ variação	6,5%
FONTE: IBGE 2001 E 2012							

Considerando agora o passivo econômico da população maranhense que mede os domicílios que sobrevivem com renda de zero a no máximo dois salários mínimos, em 2001 o percentual era de 54,7% e em 2012 de 61,2%, ou seja, um aumento desse indicador e com o agravante de ter os programas de transferência de renda do governo tenham se intensificado nesse período. Pegando apenas a área urbana o percentual em 2001 era de 48,1% e em 2012 de 52,5%. E analisando apenas a área rural o percentual em 2001 era de 68,2% e em 2012 de 74,7%. Mais uma vez observa-se que as áreas rurais precisam de um foco maior de atenção e com o agravante aqui de ter aumentando mais de 6% o passivo econômico em 11 anos ao invés de diminuir, mesmo com as políticas de transferência de renda.

Considerando agora o passivo ambiental que leva os indicadores de Privagua, Privsane e Privlixo.

**TABELA 3 - PRIVAGUA MARANHÃO.**

	PRIVAGUA GERAL			PRIVAGUA URBANO			PRIVAGUA RURAL
2001	55,3%		2001	38,2%		2001	90,3%
2012	24,3%		2012	11,5%		2012	44,2%
$\Delta$ variação	31,0%		$\Delta$ variação	26,7%		$\Delta$ variação	46,1%
FONTE: IBGE 2001 E 2012							

No Privagua que mede o percentual da população maranhense que sobrevive em domicílios que não tem acesso a água encanada observa-se que em 2001 55,3% não tinham acesso e em 2012 24,3%, uma redução bastante expressiva nesse indicador, mas que continua bastante elevado. Pegando apenas a área urbana o percentual em 2001 era de 38,2% e em 2012 de 11,5%. E analisando apenas a área rural o percentual em 2001 era de 90,3% e em 2012 de 44,2%.

**TABELA 4 - PRIVSANE MARANHÃO.**

	PRIVSANE GERAL			PRIVSANE URBANO			PRIVSANE RURAL
2001	62,6%		2001	48,8%		2001	91,1%
2012	49,2%		2012	34,5%		2012	71,7%
$\Delta$ variação	13,4%		$\Delta$ variação	14,3%		$\Delta$ variação	19,4%
FONTE: IBGE 2001 E 2012							

No Privsane que mede o percentual da população maranhense que sobrevive em domicílios que não tem acesso a esgoto sanitário ou ao menos a fossa séptica observa-se que em 2001 62,6% não tinham acesso e em 2012 49,2%, uma redução razoável, mas que carece ainda de grande atenção devido ao elevado número. Pegando apenas a área urbana o percentual em 2001 era de 48,8% e em 2012 de 34,5%. E analisando apenas a área rural o percentual em 2001 era de 91,1% e em 2012 de 71,7%.

**TABELA 5 - PRIVLIXO MARANHÃO.**

	PRIVLIXO GERAL			PRIVLIXO URBANO			PRIVLIXO RURAL
2001	52,1%		2001	31,5%		2001	94,6%
2012	45,9%		2012	19,2%		2012	87,1%
$\Delta$ variação	6,2%		$\Delta$ variação	12,3%		$\Delta$ variação	7,5%

No Privlxi que mede o percentual da população maranhense que sobrevive em domicílios que não tem acesso ao serviço de coleta de lixo, seja direta ou indiretamente, observa-se que em 2001 52,1% não tinham acesso e em 2012 45,9%, uma redução considerável, mas o valor ainda está bastante elevado. Pegando apenas a área urbana o percentual em 2001 era de 31,5% e em 2012 de 19,2%. E analisando apenas a área rural o percentual em 2001 era de 94,6% e em 2012 de 87,1%, valor absurdamente alto.

A evolução do IES do Maranhão de 2001 á 2012 pegando os dados da PNAD como amostra

**TABELA 6 - ÍNDICE DE EXCLUSÃO SOCIAL(IES) NO MARANHÃO.**

	MARANHÃO		MARANHÃO		MARANHÃO
IES 2001	44,2%	IES 2001 URBANO	34,8%	IES 2001 RURAL	61,9%
IES 2002	43,2%	IES 2002 URBANO	34,3%	IES 2002 RURAL	64,3%
IES 2003	42,8%	IES 2003 URBANO	33,2%	IES 2003 RURAL	62,9%
IES 2004	41,4%	IES 2004 URBANO	32,4%	IES 2004 RURAL	61,4%
IES 2005	40,7%	IES 2005 URBANO	31,5%	IES 2005 RURAL	59,0%
IES 2006	40,4%	IES 2006 URBANO	29,5%	IES 2006 RURAL	64,5%
IES 2007	38,6%	IES 2007 URBANO	29,6%	IES 2007 RURAL	59,4%
IES 2008	35,7%	IES 2008 URBANO	26,5%	IES 2008 RURAL	57,2%
IES 2009	36,7%	IES 2009 URBANO	27,6%	IES 2009 RURAL	58,8%
IES 2011	39,1%	IES 2011 URBANO	29,0%	IES 2011 RURAL	55,3%
IES 2012	39,8%	IES 2012 URBANO	29,8%	IES 2012 RURAL	55,1%
Δvariação	4,2%	Δvariação	5,0%	Δvariação	6,8%

O IES teve uma evolução relativa de 4,2% comparando 2012 com 2001, se pegarmos apenas a área urbana essa evolução seria de 5%, e se pegássemos apenas a área rural a evolução seria de 6,8%.

Em termos relativos podemos ver que o percentual de excluídos socialmente melhorou em 2012 em relação a 2001, mas em termos absolutos a história se inverte. A população maranhense em 2001 era de 5,8 milhões e em 2012 de 6,8 milhões, o que dá em 2001 uma população de excluídos de 2,5 milhões e em 2010 de 2,7 milhões, ou seja, em 12 anos o número de excluídos socialmente no Maranhão aumentou 200 mil.

## 5 CONCLUSÕES

Este trabalho procurou identificar o nível de pobreza e de desenvolvimento em que se encontra o estado do Maranhão. Para este fim estimamos o Índice de Exclusão Social (IES) e o Índice de Desenvolvimento Humano da Região (IDH). Verifica-se que o estado do Maranhão não foge às características da região nordeste do país, com altos índices de exclusão social, sendo inclusive um dos estados com o maior percentual de excluídos.

O Índice de Exclusão Social (IES) foi aferido através de coleta de dados secundários por meio do censo demográfico de 2000 e 2010 do IBGE e das PNAD's de 2001 a 2012. Observou-se que o IES de 2012 para o estado do Maranhão foi de 39,8%, considerado alto nível de exclusão social.

A privação com maior representação em 2012 foi a privação de renda, o PASSECON registrou que 61,2% dos domicílios maranhenses sobrevivem com renda de zero a no máximo dois salários mínimos, em seguida veio o PRIVSANE com 49,2% dos domicílios maranhenses sem acesso ao esgoto sanitário ou a uma fossa séptica, em terceiro lugar veio o PRIVLIXO com 45,9% dos domicílios maranhenses sem acesso a coleta sistemática de lixo seja direta ou indireta, em quarto lugar vem o PRIVAGUA com 24,3% dos domicílios maranhenses sem acesso a água encanada, e em ultimo lugar e não menos importante vem o PASSEDUC com 18,6% da população maranhense acima de 15 anos analfabeta.

De acordo com o estudo, o principal problema do Maranhão é o acesso a renda. E este acesso é restrito devido à falta de oportunidade acompanhada de baixa escolaridade. Assim, a solução para este problema vai além da simples ampliação do bolsa família. Teria que acontecer investimentos principalmente em educação, pois sem educação, não existe possibilidade de ocorrer desenvolvimento econômico.

O estado do Maranhão tem potencial, e este potencial têm que ser explorado e gerar benefícios para toda população do estado, se políticas públicas fossem implementadas corretamente o estado teria grandes chances de alcançar um bom índice de desenvolvimento econômico.

## REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **World development indicators**. Washington, D.C.: World Bank, 2000.

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUARIA E CONTABILIDADE. **Manual para elaboração de monografia**. Fortaleza: FEAAC, 2012.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. Rio de Janeiro, 1996.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico do Brasil de 2000**. Rio de Janeiro, 2000.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico do Brasil de 2010**. Rio de Janeiro, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 2001**. Rio de Janeiro, 2001.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 2002**. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 2003**. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 2004**. Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 2005**. Rio de Janeiro, 2005.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 2006**. Rio de Janeiro, 2006.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 2007**. Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 2008**. Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 2009**. Rio de

Janeiro, 2009c.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 2011.** Rio de Janeiro, 2011c.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios, 2012.** Rio de Janeiro, 2012c.

LEMOS J. J. S. **Mapa da exclusão social no Brasil:** radiografia de um país assimetricamente pobre. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008. 476p

LEMOS, J. J. S. **Mapa da Exclusão Social do Brasil:** Radiografia de país assimetricamente pobre. 3. Ed. rev e atua. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2012. 483p.

MCNEELY, J. A. **Conserving World's Biological Diversity. Gland e Washington:** IUCN/WRI/Conservation International/World Wildlife Fund-US/The World Bank, 1990.

PEARCE, D.; BARBIER, E.; MARKANDYA, A. **Sustainable development:** economics and environment in the Third World. Vermont: Billings & Sons, 1990. 185p.

REED, D.; SHENG, F. **Macroeconomic policies:** poverty and environment. 240

Washington, D.C.: World Fund of Nature, 1996. 25 p.

REPETTO. R. **Skimming the water:** rent seeking and the performance of public irrigation systems. Washington, DC: World Resources Institute, 1986.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil:** afinal, de que se trata? 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RODRIGUES, E. V. et al. **A pobreza e a exclusão social:** teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal. Sociologia, v. 1, n. 9, p. 63-102, 1999.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI:** desenvolvimento e meio ambiente. Prefacio de M. F. Strong. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Studio Nobel, Fundap, 1993.

SCHUMPETER, Joseph A., **A teoria do Desenvolvimento Econômico,** São Paulo: Nova Cultural, 1997. 215, p. (Os economistas).

SCHWARTZMAN, Simon; REIS, Elisa Pereira. Pobreza e exclusão social: aspectos sociopolíticos. Banco Mundial. 2002. Rio de Janeiro. (Versão preliminar). Disponível em: <<http://scholar.google.com.br>>. Acesso em: 09 set. 2008.